

O SOFRIMENTO DO UNIVERSITÁRIO E SUAS RELAÇÕES COM A DINÂMICA DA UNIVERSIDADE

Eduardo Pinto e Silva¹

Ana Paula Todaro²

Ana Carolina Reis³

INTRODUÇÃO

O sofrimento do jovem no Brasil, e do universitário em particular, é um fenômeno psicossocial que se tornou incontestável diante de dados epidemiológicos relacionados a quadros depressivos, auto-mutilações, inúmeras tentativas de suicídio e, infelizmente, concretização de atos suicidas (Sistema de Educação Continuada a Distância [SECAD], 2018).

Os dados sobre suicídio no Brasil no decênio 2000-2012 revelam que há uma inversão em comparação à maioria dos países: enquanto nessa houve decréscimo das taxas (-28%), no Brasil houve aumento de 20,3% (World Health Organization [WHO], 2014). O aumento no Brasil não se justifica pela melhora nas notificações, e embora tenha

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Associado da Universidade Federal de São Carlos. <http://lattes.cnpq.br/3492708361349827>. <https://orcid.org/0000-0002-2884-4649>. dups02@gmail.com. Endereço para correspondência: Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Educação. Rodovia Washington Luís, km 235, Caixa postal 676, Monjolinho, São Carlos, SP, Brasil. CEP: 13565905. Telefone: (55 16) 33518365.

² Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. <http://lattes.cnpq.br/7837522085113338>. 0000-0003-1099-7484. atodaro_leite@hotmail.com.

³ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. <http://lattes.cnpq.br/0259494208473164>. <https://orcid.org/0000-0003-3453-4935>. ana_reis@id.uff.br.

havido, ainda há estados com dados subnotificados (Botega, 2015; Marin-León, Oliveira, & Botega, 2012). No período de 2000 a 2016, houve decréscimo da taxa de suicídio em 83% de um total de 172 países elencados, sendo que, em metade deles, a diminuição foi superior a 10%; e, por outro lado, houve acréscimo da taxa em 17% dos demais países, dentre eles, o Brasil (SECAD, 2018a; WHO, 2014).

O Brasil apresenta um coeficiente de seis mortes em cada 100.000 habitantes por ano, coeficiente abaixo do mundial, que é de 11,4 (resultado médio de prevalência de 15 do gênero masculino e oito do gênero feminino). Mas, como o país é populoso, o número absoluto é muito alto, o que nos coloca no oitavo posto do *ranking* mundial em número de suicídios, isto é, 32 suicídios por dia (WHO, 2014). Estima-se que, devido à referida subnotificação, o número real possa ser de 38 suicídios diários (20% mais alto). O coeficiente de seis mortes fica abaixo do de mortes por número de acidentes de trânsito (25) e homicídio (36) no país. Conforme aponta Botega (2015), coordenador e organizador do material do Curso “Comportamento suicida: avaliação e manejo” (SECAD, 2018), com base em diferentes estudos (Marin-León, Oliveira & Botega, 2012; Minayo *et al.*, 2012; Ministério da Saúde do Brasil [MS], 2012; Waiselfisz, 2011; WHO, 2014), a violência faz sombra sobre a trajetória silenciosa de suicídio no país. No mundo, embora possa haver predomínio do declínio das taxas, o suicídio ainda é a segunda causa de morte entre jovens de 19 a 25 anos (WHO, 2014).

O crescimento do suicídio no Brasil é prevalente em homens, sendo que, no caso das mulheres, há declínio. A região com maior coeficiente é a do Estado do Rio Grande do Sul (8), e no Mato Grosso do Sul estima-se média de seis a oito, com destaque ao alto índice em indígenas (cujo coeficiente médio no país estima-se ser de 15 a 30). Na Paraíba, Bahia e Amazonas houve crescimentos significativos das taxas de suicídio, respectivamente de 122,5%, 92% e 90,7%, de 2000 a 2016; sendo que, nesses casos específicos, se deveram prioritariamente à melhora das estatísticas. E em São Paulo, onde já havia registros eficazes, o aumento foi de 22,7%. Em Minas Gerais houve

aumento de 46,3%. E no Rio de Janeiro diminuição de 9,7%. De modo geral se verificam taxas mais elevadas no Sul e Centro-Oeste, em cidades de pequeno ou médio porte, e em homens (79% dos casos), idosos e indígenas (Marin-León, Oliveira & Botega, 2012; MS, 2012; SECAD, 2018a).

Botega (2015) aponta que os dados sobre o suicídio é apenas a ponta do *iceberg* de um fenômeno psicossocial de múltipla causalidade e variadas formas de expressão. Há de se considerar também os dados sobre tentativas de suicídio, compreendidas como o principal fator de risco, e que são de dez a vinte vezes maiores que os suicídios efetivos (WHO, 2014), assim como das diferentes formas e graduações de ideações suicidas.

O que nos parece importante destacar é que o problema do suicídio se acirra na realidade brasileira, e que embora o seu maior crescimento não seja em jovens, ele é: alarmante em jovens indígenas (em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, a taxa é de 43,1% em jovens de 15 a 24 anos, sendo de 16,8% no estado), conforme dados de 2000 a 2007 (SECAD, 2018b); e significativo em jovens de modo geral, com prevalência nos de sexo masculino, ao passo que as tentativas predominam em jovens do sexo feminino (Marin-León, Oliveira & Botega, 2012; SECAD, 2018a).

AS UNIVERSIDADES IMPELEM ALUNOS AO SOFRIMENTO E ÀS SITUAÇÕES-LIMITE?

A pergunta formulada, simples e direta, não pode ser respondida da mesma forma. O suicídio enreda uma etiologia dilemática, complexa e multidimensional. E diante da qual se produzem atitudes diversas de interpretação, recusa e/ou aceitação, em momentos históricos, situações cotidianas e condições sociais e culturais distintos. E, naquilo que mais nos interessa, contribuições igualmente variadas de áreas acadêmicas com visões teórico-metodológicas radical e/ou relativamente distintas, como: as médico-psiquiátricas genético-biológica (Antypa, Serretti & Rujescu, 2013; Labonte &

Turecki, 2010; Mann, Brent & Arango, 2001) ou abrangentes (Botega, 2015); a psicanalítica (Cassorla, 1984; 2017a; 2017b; Dejours & Bégue, 2010; Hendin, 1992; Freud, 1980); a fenomenológica (Camus, 2004; Esslinger & Kovács, 1999); a comportamental-cognitivista (Sidman, 1989; Beck, Resnik & Lettieri, 1974); e as sociológicas estrutural-funcionalista (Durkheim, 2005) e marxista (Marx, 2006; Minayo, Grubtis & Cavalcante, 2012; Minayo *et al.*, 2012), dentre outras.

Neste artigo enfocaremos as contribuições de base psicanalítica, de modo a indicar conceitos teóricos fundamentais para compreensão do suicídio, assim como suas relações com o trabalho, sociedade e instituições.

Partimos de uma sucinta, mas densa, consideração de Freud (1980), explicitada no artigo "Contribuições para uma discussão acerca do suicídio", texto de 1910 que integra a sessão dos "Breves escritos" das obras completas, e que foi publicado originalmente na coletânea "Acerca do suicídio em escolares". Freud (1980) argumenta que os "educadores" não dão "fácil crédito" à "acusação" de que as instituições escolares possam impelir o suicídio:

Senhores. Todos vós ouvistes com muita satisfação o arrazoado feito por um educador que não admitirá que uma acusação injusta se levante contra a instituição que lhe é tão cara. Mas eu sei que, de todo modo, não estais inclinados a dar fácil crédito à acusação de que as escolas impelem seus alunos ao suicídio (Freud, 1980, p. 217).

Freud apresenta ponderações sobre a questão formulada, e com seu estilo retórico peculiar, certamente não responsabiliza a escola, mas tampouco a isenta ou deixa de lhe fazer críticas:

No concernente a seus alunos, a escola secundária toma o lugar dos traumas com que outros adolescentes se defrontam em outras condições de vida. Mas

uma escola secundária deve conseguir mais do que não impedir seus alunos ao suicídio. Ela lhes deve dar o desejo de viver e devia lhes oferecer o amparo numa época da vida em que as condições de seu desenvolvimento os compelem a afrouxar seus vínculos com a casa dos pais e com a família. Parece-me indiscutível que as escolas falham nisso (Freud, 1980, p. 217-219).

E complementa com um alerta:

A escola nunca deve esquecer que ela tem que lidar com indivíduos imaturos a quem não se pode negar o direito de se demorarem em certos estágios do desenvolvimento. A escola não pode adjudicar-se o caráter de vida: ela não deve pretender ser mais do que uma maneira de vida (Freud, 1980, p. 218).

E em suas observações finais formula algumas perguntas e hipóteses. Os questionamentos entreabertos por Freud (1980) são os seguintes: seria possível subjugar-se o extraordinariamente “poderoso instinto de vida”? Poderíamos no referir a uma “libido desiludida”? O “ego” poderia renunciar à sua “autopreservação” por seus “próprios motivos egoístas”? E por fim considerou que a investigação psicanalítica sobre o “afeto crônico do luto” era ainda incipiente, ainda que, desde então, já apontasse para a hipótese de uma relação entre ele e “os processos afetivos” da “melancolia” (Freud, 1980, p. 218).

Dessa forma, apontou para conceitos psicanalíticos que desenvolveu com vagar durante toda sua obra, e que foram retomados por conceituados psicanalistas contemporâneos que tomaram como objeto de análise o suicídio (Cassorla, 1984; 2017a; 2017b; Hendin, 1992) e a psicose (Penot, 1992). São eles: angústia; desamparo; pulsão de vida e de morte; e forclusão (abolição simbólica).

O desamparo e a angústia podem redundar em desinvestimento nos objetos e investimentos narcísico-destrutivos ou des-objetalizantes, e redundar em precárias possibilidades de se simbolizar e representar vivências e afetos. A angústia de morte na

vivência do desamparo e do que pode se tornar indecifrável pode propiciar a passagem ao ato, sendo esta produto de uma mal sucedida relação entre o ego, desejos e privações da realidade.

De modo que, ao relacionarmos o par angústia-desamparo ao ceticismo de Freud (1980) em relação às instituições escolares, e aos dados sobre o suicídio em jovens no Brasil, poderíamos indicar haver a necessidade de uma sólida política de apoio e amparo ao sofrimento psíquico na universidade, particularmente aos estudantes, aspecto esse que será abordado adiante, mediante considerações às iniciativas levadas a cabo na Universidade Federal Fluminense (UFF). Ou ainda, indicar que a universidade deve conseguir mais do que formar profissionais ou mesmo amenizar o sofrimento dos alunos nesse processo, uma vez que deve lhes proporcionar o “desejo de viver”, de oferecer o “amparo” numa “época da vida em que as condições de seu desenvolvimento os compelem a afrouxar seus vínculos com a casa dos pais e com a família” (Freud, 1980, p. 218). Do contrário, o desamparo tenderá a se aliar à desilusão e à desesperança.

O desespero pode desencadear a depressão, ou, como denominou o pai da suicidologia, Shneidman (1993), após longas décadas de trabalho, a *psychache*. Trata-se de uma dor psíquica de intensidade ou caráter intolerável, ou, na acepção conceitual psicanalítica, angústia não-representável, forcluída da simbolização (Penot, 1992) e perlaboração (Martins, 2013).

O termo forclusão, originário do vocabulário jurídico – “forclos” – nos remete ao conflito que não pode ser mais matéria de processo, nem de julgamento; foi usado por Lacan para traduzir o termo *Verwerfung*, pelo qual Freud designou a abolição simbólica no caso clínico do Homem dos Lobos; portanto, situada aquém do conflito negado, pois conflito recusado: segundo Penot (1992, p. 39), a “abolição simbólica” constitui a “própria essência da recusa”. E a “perlaboração”, por sua vez, é compreendida como

“trabalho psíquico” que vai além do “trabalho psíquico de compreensão” (do reprimido) ou do “processamento psíquico” que organiza os “estímulos que intervêm no aparelho psíquico” (ex: “elaboração onírica”), pois diz respeito a um “trabalho psíquico” que é forçosamente “um trabalho de ligação” (*per*, significa ligar) de algo “desruptivo”, de um “resto” que “não está representado ou nominado”, e que, enquanto tal, “não pôde ser subjetivado” (Martins, 2013, p. 130-133).

Podemos assim, preliminarmente, remeter o ato suicida ao que é psiquicamente indecifrável e irrepresentável, e cuja tradução integral é impossível. E em acréscimo, remeter a *psychache* à dor psiquicamente intolerável, passível de ser relacionada a aspectos psicossociais patogênicos do cotidiano de jovens universitários, como o desespero diante de necessidades psicológicas básicas não atendidas, tais como: realização; autonomia; reconhecimento; amparo; evitação da humilhação, vergonha e dor.

PACTO DE SILÊNCIO E A NEGAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE SUICÍDIO E TRABALHO

Se o suicídio de jovens é um grave problema a ser enfrentado, e suas possíveis relações com a dinâmica universitária algo a ser perscrutado como um aspecto de uma complexidade meandrosa e multifatorial, a relação do suicídio com o trabalho também merece considerações, que também podem ser perscrutadas em relação à especificidade do trabalho na universidade, tanto do trabalho do professor-pesquisador, como do labor cotidiano das atividades às quais devem corresponder os discentes.

De modo geral, há um tabu em torno do falar do suicídio, um temor que tal gere estímulos a mais mortes, numa infundada crença que ignora a imprescindibilidade de dar forma e expressão a toda e qualquer forma de sofrimento, desesperança e/ou desilusão. No contexto do mundo do trabalho, que exige estratégias defensivas de

sobrevivência diante das incomensuráveis exigências de produtividade, na indústria, passando pelos serviços, até chegar na universidade, grosso modo, na dimensão ontológica do *"publish or perish"*, são forjadas formas de ser sob a couraça do indivíduo forte e resiliente. Não há lugar para o fraquejo. Erige-se o que Dejours (1999) denomina defesa viril, na qual há ao mesmo tempo o silêncio, a negação e a banalização do sofrimento "do outro", que, não obstante, está presente num coletivo esgarçado. Nesse sentido, se faz necessário ir além da visão psicanalítica. E se Marx (2006) apontou para a relação do suicídio com as pressões insuportáveis de um patronato imiscuído a um patriarcalismo sufocante ao ser feminino, o insuspeito Durkheim (2005), no que tange às críticas mais radicais à sociedade capitalista, considerou o suicídio, embora ato objetivado no plano individual, uma evidente expressão de uma anomalia social.

Mas há situações em que as relações entre suicídio se evidenciam, situações sociopatogênicas das formas de gestão e organização do trabalho e do tipo de sociabilidade que essas instauram. Situações alastradas nas diversas formas de gestão enquanto mal-estar-social ou doença, como aponta Gaulejac (2007). De modo que, poderíamos afirmar, sob inspiração de Freud (1980), que os gestores não são afeitos a conceder crédito à "acusação" da dimensão patogênica das formas de organização e avaliação do trabalho das quais são geralmente protagonistas, senão ferrenhos defensores. Presos ao imaginário enganoso e agentes de impedimento ao imaginário criativo, sob a égide da armadilha da instituição estratégica (Enriquez, 1997), se objetivam como notórios corpos eróticos que internalizam, legitimam e reproduzem o ideário organizacional, de modo a protagonizar e, ao mesmo tempo, serem alvos da dominação e do exercício do poder sócio-mental (Pagès *et al.*, 1987). Se já não dão crédito à relação entre trabalho e adoecimento, ignorando seus nexos causais, que dirá do liame entre trabalho, *psychache* e suicídio do/no trabalho (Shneidman, 1993). Do trabalho como desencadeador de dor psíquica de caráter intolerável, de angústia não-representável, forcluída da simbolização e perlaboração.

As situações de altas exigências de resultados e desempenhos no trabalho, divorciadas de condições propícias a tal, podem se fazer presentes no trabalho na universidade e nas atividades de docentes e estudantes, constituindo, assim, limitadas formas de realização e autonomia, assim como malversações da psicodinâmica do reconhecimento (Silva & Ruza, 2018). No caso dos discentes, como veremos, tais aspectos adversos podem se intensificar com o desamparo e fracassadas tentativas de evitação da humilhação, vergonha e dor. Situações que implicam na (re)produção de uma cultura do assédio moral, prototípica da gestão como doença social (Gaulejac, 2007), reverberada na relação assediada e assediante, de certo contingente e perfil de professores, em relação a certo perfil específico de alunos, mormente os de classe social e origem étnico-racial distintas das deles.

No Prefácio de *Suicídio e Trabalho* (Dejours & Bègue, 2010, p. 9), Lancman, Sznelvar e Uchida apontam que a “incompreensão” e a “negação” das “relações entre suicídios” com as “questões relacionadas ao trabalho”, assim como o “não entendimento da determinação do trabalho sobre a saúde mental”, são elementos que tendem a desmobilizar e reduzir as possibilidades de se construir “ações políticas que pudessem rumar para a mudança dessas realidades”.

E Dejours (Dejours & Bègue, 2010, p. 15) vai mais longe, ao afirmar que o suicídio é um “novo flagelo” psicossocial, que “reflete uma profunda degradação do conjunto do tecido humano e social do trabalho”. Nesse contexto, o sofrimento e depressão são convertidos em chacota ou desacreditados, o que corresponde a uma expressão sintomática da degradação do coletivo. Sofrimento ao mesmo tempo negado e sorrateiro, vivido pelo coletivo, generalizado, mas não perlaborado. Sofrimento coletivo com poucas possibilidades de ser transmutado em sofrimento criativo pela mediação do reconhecimento (pois somente se “reconhece” o que é supostamente contabilizado pelos insensatos instrumentos que malogradamente tentam matematizar o real do trabalho). Sofrimento ontológico, de um coletivo a reboque do imaginário enganoso

(Enriquez, 1997) e da insignificância ou perda de sentido. Ambos forjados pelo gerencialismo (Gaulejac, 2007). E pouco importa se tal se exprime em número alto ou não de suicídios:

Quando um assalariado se suicida por razões que estão relacionadas ao trabalho, é toda a comunidade de trabalho que já está sofrendo. É por isso que o número de suicídios, aqui, não tem grande relevância. Um único gesto desta espécie é, em si, um sinal da gravidade da situação indicando um estado de degradação muito avançado no tecido humano e social do trabalho onde tal evento se produz (Dejours & Bégue, 2010, p. 21).

No caso abordado por Bégue (Dejours & Bégue, 2010, p. 57-104), tratava-se de uma intervenção junto a um coletivo de trabalhadores após drásticas mudanças na forma de se realizar o trabalho, sucedidas por vários casos de suicídio. O relato e análise do caso são precedidos por um ensaio teórico, "O suicídio no trabalho, sua frequência, suas consequências" (Dejours & Bégue, 2010, p. 15-56), e sucedido por um "Comentário Metodológico", de Dejours (Dejours & Bégue, 2010, p. 105-124). Este sugere que nas situações em que o suicídio é endêmico urgem intervenções tão complexas e difíceis quanto necessárias. Ou seja, faz-se necessária uma autópsia psicossocial (Minayo, Grubtis, & Cavalcante, 2012) e a constituição de um "*corpus* de saber coletivo" em busca do "sentido" e da "inteligibilidade" deste ato-limite do ser social no trabalho (Dejours & Bégue, 2010, p. 122).

POR UMA AUTÓPSIA PSICOSSOCIAL DO SUICÍDIO NA UNIVERSIDADE

O suicídio arquivado é, conforme argumenta Dejours (2010), um erro prático e deontológico. Pode ser relacionado à "nova doutrina" da "gestão por objetivos" e ao privilégio concedido à gestão, em detrimento do real do trabalho. Suicídios que ocorrem nos locais de trabalho e distintos "meios sócio-profissionais" incluem as "instituições de ensino", e, via-de-regra, deixam os "colegas, quase sempre

consternados”, que então “evitam comentar o ocorrido, porque evoca fatos fortemente ansiogênicos” (Dejours & Bégue, 2010, p. 12). É no sentido oposto ao do arquivamento do sofrimento que pesquisas sobre adoecimento e suicídio no trabalho, e, particularmente, na universidade, podem contribuir.

O sofrimento, estresse e adoecimento na universidade, no cotidiano de trabalho e nos processos de ensino-aprendizagem, envolvem situações de elevado impasse e conflito. Sofrimento que é relacionado às maneiras de se organizar e avaliar o trabalho, às relações deterioradas e ao exercício do poder. Sofrimento este, não raro, banalizado. A depressão foi identificada no processo de adoecimento de professores da Universidade Federal Fluminense (UFF), num contexto de expansão precarizada sob a égide da racionalidade gerencialista e instrumental (Silva, 2015; Silva & Mancebo, 2014). Tais pesquisas apontam que a dimensão do sensível e a vulnerabilidade ao adoecer por vezes revelam uma capacidade do professor de contato com a sua realidade interior, com a sua conflitiva frente às pressões desmesuradas advindas da realidade exterior – mas que eram, também, inevitavelmente internalizadas. Diante de dificuldades práticas de as transformar em “produtos” almejados pela quantofrenia gestonária (Gaulejac, 2007), incitavam culpa, conflitos e dilemas. Individualismo e solidariedade mórbida se faziam presentes. E a ajuda e a solidariedade, em grande medida, eram banidas dos costumes e rotina de trabalho. Tal como assevera Dejours, “em seu lugar, instalou-se a nova fórmula do cada-um-por-si; e a solidão de todos tornou-se regra. Agora, um colega afoga-se e não se lhe estende mais a mão” (Dejours & Bégue, 2010, p. 21).

Se a pesquisa com docentes na Universidade Federal Fluminense em 2013 evidenciou adoecimento insidioso, sorrateiro e ao mesmo tempo negado e estigmatizado dos professores (Silva, 2015; Silva & Mancebo, 2014), anos mais tarde emergiram situações de sofrimento intenso de alunos e um novo flagelo: tentativas de suicídio e suicídio. Isso incitou a busca de situações protetivas e de práticas e estratégias de intervenção. Consideramos tais esforços a seguir, seus precedentes históricos, características,

desafios e impasses. E, ao final, tecemos algumas análises dessas intervenções e fenômenos de complexa e difícil decifração, de modo a apontar para algumas possíveis, ainda que entreabertas, conclusões.

O HISTÓRICO DO GRUPO DE EXTENSÃO SOBRE SAÚDE E SOFRIMENTO DOS ESTUDANTES: ENCAMINHAMENTO E INTERVENÇÕES

Os dados que vêm corroborar e ilustrar as proposições, apontamentos e argumentos até aqui apresentados neste artigo emergiram de intervenções feitas junto a alunos da Universidade Federal Fluminense (UFF), *campus* Volta Redonda. Tais intervenções aconteceram a partir de março de 2018 e têm sido feitas pelo grupo de Pesquisa e Extensão intitulado “Diálogos Sobre Sofrimento e Saúde na Universidade”, vinculado ao curso de Psicologia dessa universidade. Elas tiveram e têm como objeto as atividades e vivências no trabalho e cotidiano universitários.

Consideramos importante reiterar a visão psicodinâmica e ético-política sobre o trabalho, sobre a atividade real do trabalho. Ou ainda, sobre a mobilização subjetiva e a possibilidade de autonomia que esta acarreta. É originado da atividade do “trabalhar” o engajamento do sujeito e de sua busca de autonomia em direção a um saber fazer pleno de sentido (Dejours, 2012). Nessa perspectiva, o trabalho é compreendido como um elemento fundamental de emancipação do sujeito, de inventividade humana e de ação política. Para além de estipulação de energias despendidas ao decorrer da atividade e quantificações advindas de sua realização, há a mobilização subjetiva durante sua realização, independentemente se tal atividade é remunerada ou formalmente regularizada, visto que trabalho não é sinônimo de emprego. Logo, no trabalho realizado pelo grupo de extensão, se partiu do pressuposto de que o estudo é uma forma *sui generis* de trabalho. O “estudar” é marcado pela presentificação de uma norma intersubjetiva delimitada em que um Outro espera do sujeito e o sujeito espera de si mesmo e vice-versa. Existe o enclausuramento em determinado espaço/tempo

direcionado para a realização da atividade, a organização de trabalho, as formas de divisão de tarefas e as relações estabelecidas a partir da relação entre professor-aluno, aluno-aluno, aluno-universidade, que possuem influências no funcionamento psíquico dos estudantes.

As características presentes nas atividades dos estudantes a legitimam enquanto trabalho e não como algo meramente similar a ele. Pois não se encontram afastadas das transformações do mundo do trabalho e nem tampouco se situam fora das dinâmicas organizacionais que as gerenciam (Gaulejac, 2007). E tal como outra atividade laboral, o estudo se configura enquanto um estruturante psíquico, ou de forma mais precisa, um possível mecanismo de produção de saúde e, mutuamente, se enlaça à necessidade de dinâmicas de reconhecimento que são as bases primordiais para a busca de sentido dentro das atividades dos estudantes. O estudo não se esgota em si. Estuda-se para colocar a prova a subjetividade e para desenvolver-se a partir do conhecimento adquirido; estuda-se para suprir lacunas inconscientes; estuda-se para implementar impressões no mundo, na busca de torná-lo um mundo melhor; estuda-se para ser reconhecido a partir de ações; estuda-se com a expectativa de onde estamos, para onde iremos e onde queremos chegar com as nossas ações. Entretanto, situado na dinâmica das relações e contradições sociais e organizacionais, da mesma forma que o estudo pode concretizar-se como ação libertadora, também pode ser mecanismo de captura da subjetividade, suscetível à malversação alienante, de modo a implicar em sofrimento e adoecimento. Sendo que tal possibilidade patogênica se apresenta tão mais vulnerável quanto mais frágeis são as formas de reconhecimento intersubjetivo e social.

As transformações advindas do mundo do trabalho, engendradas pelo regime de acumulação flexível (Harvey, 1992), têm influenciado de múltiplas maneiras os modos de trabalho contemporâneos e as formas de subjetivações. O cenário pós moderno, a crise do petróleo (1973-74), o fim do *Bretton Woods* (1971), o imperativo pelas

reestruturações produtivas, o discurso do fatalismo e racionalidade econômica, configuram um cenário social e institucional propício à instrumentalização dos corpos e à ascensão do discurso gerencialista que, em primeiro momento, passa a permear os espaços privados, e paulatinamente é absorvido pelos espaços públicos, tendo como característica central a transfiguração da função do Estado. O modelo de regulamentação social-democrático, que deu sustentação ao Estado de Bem-Estar Social, começou a ser desmontado em vários países da Europa Ocidental, aumentando, em nível global, a competitividade, a concorrência inter-capitais, inter-empresas e inter-potências políticas do capital, com graves consequências sociais (Antunes, 1995; 2005). Além de significativas mudanças nas práticas culturais e sociais, mudam-se as formas pelas quais se experimenta o espaço e tempo (Harvey, 1992), o trabalho, o lazer, a família. E, no tocante ao interesse do presente trabalho, *mutatis mutandis*, as formas de experimentação da educação e seus efeitos à sociabilidade, subjetividade e saúde no contexto universitário.

No bojo destas transformações, a universidade inclui-se na categoria de instituições que se adequou ao discurso gerencial da “Nova Gestão Pública”. Chauí (2003) defende que a reforma do Estado trouxe à tona uma reconfiguração da universidade pública no sentido de que, a partir das mudanças funcionais e estruturais instauradas em virtude de sua adequação ao paradigma da acumulação flexível, o caráter da universidade transfigurou-se, em grande medida, de uma instituição – atributo que garante e legitima a autonomia universitária e sua complexidade – para uma organização de serviços. Ao se incluir na universidade uma nova racionalidade, gerida em função da lógica dos índices de produtividade, flexibilidade e de estratégias de adaptação à lógica da competitividade e produtividade de curto prazo, a universidade passou a frequentemente não dar mais conta de sua complexidade.

Na universidade podemos identificar a racionalidade pragmática e instrumental nas normas gerencialistas presentes na conjuntura de expansão das Instituições de Ensino

Superior (IES). Ela se dá no cotidiano de trabalho de docentes e estudantes de graduação e pós-graduação, no sentido de “gerir suas produções com base nos quantitativos de publicações, horas, coeficientes, cifras que não necessariamente medem o real interesse suscitado no processo e o real da atividade” (Reis, 2018, p. 31), colocando a educação à serviço da economia.

Esse raciocínio desenvolve o imaginário de que os espaços educacionais são destinados única e reduzidamente ao plano econômico, o que pode produzir fragmentações nas experiências dos estudantes. Fragmentações que não apenas acontecem na universidade, mas que vem sendo acompanhadas ao longo da formação anterior à universitária, e que projetam crianças como pequenos adultos em construção para o mercado de trabalho. Afinal, como construir aprendizagens, valores e habilidades a longo prazo em um cenário de curto prazo? (Sennett, 2009). Um cenário atravessado pelo imperativo do desejo de um Outro, que frequentemente atropela o desejo pela lentidão de experimentação das coisas. Que atropela o tempo e a condição da maturação da condição juvenil escolar, como apontara Freud (1980) em seu questionamento. E que faz com que o estudante abra mão do desejo e da autonomia e seja cúmplice do discurso da flexibilidade, que toma a autonomia como mero eufemismo, para então exigir mais e mais, numa insana corrida para altos resultados e desempenhos (Gaulejac, 2007).

É originário desse contexto que surgiu o referido grupo de extensão. Para introduzirmos um breve histórico acerca das ações deste grupo, vale apontar que, em março de 2018, ao se iniciarem suas atividades do primeiro semestre letivo, chegou o comunicado de que dois alunos do curso de Química haviam cometido suicídio num período de dois meses. A notícia chegou ao curso de Psicologia. Acarretou em questionamento e incômodo, ou ainda, sentimento de “convocação” para realizar alguma atividade voltada para esta situação-problema. Como um curso de Psicologia poderia ignorar um fato dessa magnitude? Após diversas discussões, os estudantes de

Psicologia decidiram fazer uma aproximação com os colegas da Química. Contudo, essa aproximação teria um cunho de acolhimento e não uma postura interventiva que sugerisse o oferecimento de um saber para cuidar daqueles que estariam no papel de “vítimas”.

Dessa forma, alguns estudantes de psicologia buscaram dar início a esse movimento. Entretanto, se depararam com uma espécie de “pacto de silêncio”, tal como nos assinalaram Dejours e Bégue (2010) em suas pesquisas. Os alunos não se dispuseram a falar sobre o assunto, nem nomear as suas aspirações em decorrência daquele contato com esse fenômeno tão difícil de ser simbolizado e perlaborado. Paralelamente, o Centro Acadêmico do curso de Psicologia foi procurado pelo curso de Engenharia. O recebimento da demanda sinalizava que os alunos estavam muito assustados com os dois casos de suicídio, e faziam múltiplas indagações: “Quem tem depressão vai se suicidar?” “Quem tem síndrome do pânico também corre esse risco?” “O suicídio é uma situação de fraqueza ou uma escolha?”; “Como criar meios para que este ambiente externo não me mate?”; “Há espaço para o sofrimento na universidade?”; “O que fazer com todo o sofrimento que vivemos?”. Havia, assim, um chamado a uma intervenção. Assim, um coletivo formado por estudantes e uma professora (autora) inaugurou suas atividades. E passou a se reunir regularmente, com a finalidade de compreender e transformar a abalada realidade psicossocial estudantil.

Enquanto coletivo, definiu-se que as escutas e ações deveriam obedecer a uma linha teórica que consubstanciasse sua *práxis*. Tendo em vista a inserção nas Clínicas do Trabalho, optou-se pela Psicodinâmica do Trabalho enquanto um marco teórico e metodológico. Tal característica demarcaria algumas posições muito importantes naquele momento. A primeira delas partia do pressuposto da necessidade de uma aproximação do campo tendo como premissa central o compreender para intervir, considerando o processo de intervenção enquanto um movimento dialético. Enquanto

que a segunda apoiava-se na concepção de que os alunos são os protagonistas de toda e qualquer ação a ser engendrada.

A partir da segunda premissa emergiu uma particularidade nas intervenções do grupo de extensão: os próprios pares atuando como facilitadores do processo de nomeação do sofrimento de outros pares. À medida que as intervenções aconteciam e o grupo deparava-se com o “pacto de silêncio”, os membros do grupo de extensão deslocavam-se da zona de conforto de mediadores para a posição de sujeitos também em situação de sofrimento. Nesse sentido, os estudantes de psicologia usavam das próprias experiências encarnadas, enunciando-as, com a finalidade de que elas atuassem enquanto um dispositivo de fala. A estratégia foi sendo construída e consolidada a partir do real das atuações, isto é, diante do constrangimento do silêncio encontrado nas fases iniciais das intervenções.

Existem duas dimensões funcionais possíveis para o encaminhamento da mencionada estratégia: uma de curto prazo, e outra de longo prazo. A primeira lida com a compreensão da situação estudantil e a facilitação de possíveis *insights* acerca da condição sob as quais os estudantes se encontram, com o intuito de se começar a pensar sobre o estudo enquanto trabalho e as dinâmicas universitárias que estão engendradas nesse contexto. A segunda pode ser colocada como uma desconstrução de estratégias e ideologias defensivas presentes no cenário universitário, haja vista a existência de diversos movimentos observados que apresentam uma linha tênue entre a saúde e o adoecimento. A aceleração, a indiferença, a tolerância ao assédio, o cinismo, o uso de substâncias, a virilidade, o humor depreciativo são características que podem ser encontradas com facilidade no meio acadêmico. Esses movimentos tendem a tamponar o sofrimento presente no ambiente laboral e criar diversas barreiras em relação à nomeação do sofrimento. Todavia, existe a possibilidade dessas estratégias caírem por terra em algum momento. E a nomeação, ressignificação do sofrimento e

encaminhamento para o prazer poder ser conduzido com maior facilidade, tendo em vista a existência de um coletivo que viabilize estratégias de enfrentamento.

Em relação ao coletivo do grupo de extensão, foi compreendida como primordial a existência de espaços de fala das experiências dos discentes nas reuniões, bem como a consolidação de laços de confiança durante o processo de estruturação das ações e nas intervenções. Essa é a característica essencial que uniu o grupo e que favoreceu para que ele se mantivesse fora da lógica egocêntrica do funcionamento acadêmico. Diante do até aqui exposto, podemos apontar para três vertentes da ação grupal: a potencialidade de transformação do espaço universitário; a produção de conhecimento acerca das vivências estudantis; e por fim, a autossensibilização acerca das próprias vivências para fazer o trabalho acontecer. Trata-se, portanto, de transformar o externo e transformar a si mesmo, numa espiral dialética.

Outro ponto importante a ser considerado foi o fato de que se lidava com um fenômeno aparentemente novo, e que se manifestava em várias universidades concomitantemente. Estava assim colocada uma pergunta-diretriz: o que estaria acontecendo na dinâmica acadêmica e na instituição universitária para que vários suicídios de alunos comessem a ocorrer e a ser divulgados? Afora a multiplicidade de fatores relacionados a tal fenômeno, haveria elementos típicos dessa dinâmica e instituição que pudessem ser revelados?

UMA INTERVENÇÃO NO CURSO DE ENGENHARIA: EXPRESSÕES DA EXTERIORIDADE E INTERIORIDADE

Diante da demanda dos estudantes, partiu-se para uma primeira ação. Sabia-se que o Curso de Engenharia possuía uma cultura de rigidez e uso intensivo do pensamento lógico. Optamos, então, por uma primeira intervenção que pudesse levar informações mais concretas sobre o tema do suicídio. Desse modo, foi realizado um encontro que

contou com uma palestra ministrada por uma psicóloga e exibição de um pequeno filme sobre a temática, tendo como objetivo fazer um cine-debate. A estratégia foi pensada para que fosse criado um ambiente propício para que os alunos fossem convidados a falar. Houve, ao final do encontro, uma conversa entre alunos da psicologia e da engenharia com a intermediação da psicóloga. A intervenção foi gravada e, posteriormente, debatida no referido grupo de extensão.

Percebeu-se a necessidade de marcar outra intervenção voltada para o público do Curso de Engenharia, com o objetivo de permitir a ampliação do espaço de fala já iniciado no primeiro encontro. Foi então realizada uma proposta de uma dinâmica que consistiu em disponibilizar uma folha de papel pardo na qual um aluno voluntário iria se deitar. Um segundo estudante faria o contorno do corpo do colega utilizando caneta *pilot*. Uma vez desenhado o corpo, todos eram convidados a escrever fora do corpo suas impressões sobre as pressões do ambiente externo enquanto estudante. Ao mesmo tempo, foi solicitado que escrevessem dentro do corpo palavras ou frases que demonstrassem como estavam lidando com aquilo. As percepções sobre as demandas do ambiente externo e suas pressões foram manifestadas pelas seguintes palavras: sucesso, responsabilidade, dinheiro, felicidade constante, sono regulado, constrangimentos, família, animação, vida social, experiência e CR alto. As percepções relacionadas às formas como vinham lidando com o ambiente externo foram: angústia, vergonha, medo, desespero, amor, cobrança, solidão, insônia, álcool, drogas, festa, dúvidas, transtornos alimentares, fadiga, amizades, estresse, metas, comprometimento e limitações.

O SIMPÓSIO SOBRE SOFRIMENTO E SAÚDE DOS ESTUDANTES: AMPLIANDO AS POSSIBILIDADES DE EXPRESSÃO

Essa foi a intervenção de maior calibre: o Simpósio Sobre Sofrimento e Saúde dos Estudantes na ocasião do "Setembro Amarelo" – mês dedicado à prevenção ao suicídio.

Nesse evento, aberto ao público, houve aproximadamente 250 pessoas inscritas. Na parte da manhã houve duas Mesas com convidados que discursaram sobre o tema. Estiveram presentes professores de psicologia, psiquiatras, psicólogos e integrantes da rede de saúde (SUS). Durante a parte da tarde os alunos participantes foram divididos em cinco grandes grupos, mediados pelos alunos do grupo de pesquisa e extensão. Reiterou-se a dinâmica do desenho do corpo na cartolina, da mesma forma que havia sido feita com os alunos da engenharia. Com todos sentados no chão em forma de roda, os integrantes tinham a liberdade de escrever dentro e fora do corpo suas impressões. Enquanto escreviam, falavam sobre suas experiências numa verdadeira "roda de conversa". Depois de duas horas dessa atividade grupal, todos voltaram a se reunir no auditório para o último momento do Simpósio, que foi chamado de consolidação. Cada grupo teve a oportunidade de expor o que foi conversado entre eles e, posteriormente, buscou-se encontrar semelhanças entre os temas levantados pelos grupos e realizar um debate.

Os temas que apareceram com maior regularidade nos grupos foram:

Dentro do corpo: angústia, ansiedade, pressão, paciência, sensação de incapacidade, insônia, responsabilidade, desespero, sensação de estar perdido, insegurança, estresse, medo, medo de fracassar, cobrança, pessimismo, saudade e solidão.

Fora do corpo: injustiça, opressão, exposição, fala obrigatória, fala acadêmica, falta de empatia, solidão, disciplina, competição, cobrança, TCC, textos, saúde, família, CR, *status*, estágio, ansiedade, relacionamentos, tempo, produção a qualquer custo, sucesso, enquadramento, lidar com o luto por suicídio, poder docente, maternidade, medo do futuro, machismo, instabilidade financeira, futuro profissional, área de atuação, indiferença, vazio e "*self made man*".

A BUSCA POR ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM O SOFRIMENTO: PARTICIPAÇÃO NA SEMANA ACADÊMICA

O grupo de pesquisa e extensão, em suas reuniões semanais de supervisão e estudo do campo, debruçou-se sobre os dados levantados nas intervenções e, numa análise cuidadosa dos mesmos, chegou à conclusão de que o trabalho que vinha sendo feito não deveria ficar restrito ao campo da “denúncia”. Uma vez levantadas as percepções dos alunos sobre o sofrimento na universidade, era fundamental que fossem buscadas estratégias de enfrentamento. A luta pela saúde deveria ser preponderante e, dessa forma, iniciou-se um trabalho de pesquisa sobre iniciativas potentes que poderiam ser desenvolvidas pelos alunos, de modo a buscar uma vida mais saudável diante das dificuldades e obstáculos apontados nas primeiras intervenções.

Os primeiros resultados desse trabalho foram apresentados na forma de minicurso na Semana Acadêmica de 2018. Aos alunos participantes, foram apresentadas estratégias eleitas pelo grupo como as mais eficazes à produção de saúde. De modo resumido, podemos citar os temas abordados durante o minicurso.

1. A Ansiedade aparecia como uma das maiores queixas dos alunos. Foram trazidas teorias para explicar o mecanismo da ansiedade, sintomas mais comuns, fatores de risco, fatores ambientais e, por fim, formas de enfrentá-la.
2. O Trabalho realizado pelo estudante como Produtor de Saúde. Além de ser problematizada a questão do estudante como trabalhador, foram trazidas teorias sobre Saúde; Trabalho e Saúde; e Formas de Prazer e Sofrimento no trabalho do estudante.
3. A questão do Produtivismo Acadêmico, outra queixa frequente dos alunos, foi debatida sob a luz da lógica do gerencialismo e de sua inscrição nas subjetividades na universidade. Houve uma apresentação de exemplos de produtivismo considerados nocivos dentro do ambiente acadêmico, tais como: a preocupação com o *Lattes*; a busca pelo desenvolvimento de habilidades múltiplas para ser competitivo no mercado;

a culpa por descansar, por fazer algo “só porque gosta”, sem utilidade profissional; a individualização da culpa quando o aluno “falha”.

4. A Resistência como motor para a sobrevivência e transformação da realidade de forma coletiva. Foram discutidos, dentro desse espectro: a religião, as artes plásticas, o teatro, a dança, o esporte, a política, moda, cinema e outros.

Embora o minicurso tenha sido bem recebido pelos participantes e garantido ao grupo a sensação de trilhar um caminho exitoso, foi possível construir um olhar crítico sobre a concepção de estratégias de enfrentamento e luta desenvolvida. Consideramos não ser um bom caminho usar discursos que incentivem a particularização do sofrimento e sua vivência individualizada, cujos meios de enfrentamento também redundem em formas individualizantes. Seria uma forma limitada de tratar um tema tão delicado e complexo. Corre-se o risco de tanto o grupo condutor quanto seus interlocutores fomentarem, de certa forma, a falsa impressão de que a saúde que se busca não seria atravessada por uma questão coletiva, mas individual. Seria o falso conforto de solucionar algo que está enraizado não só na universidade, mas no próprio modo de viver no contemporâneo. Deste modo, um dilema está posto e vem sendo tratado com cautela pelo grupo, o que suscita novos desafios e o *mister* de se construir um corpo coletivo resistente e orgânico, cuja força instituinte venha a ser suficiente nos embates com as forças instituídas e naturalizadas.

OUTRAS INTERVENÇÕES: REINVENÇÕES E QUESTIONAMENTOS SOBRE O PRESCRITO

De forma breve, podemos citar ainda duas intervenções feitas em duas turmas do sexto período (em semestres diferentes) do curso de Psicologia, e outra com o primeiro período de 2019, com alunos que recém-ingressos na Universidade, no mesmo curso.

No caso das turmas de sexto período, a intervenção ocorreu no formato de roda de conversa e a discussão foi deflagrada a partir de três perguntas disparadoras, sendo elas:

- Qual é o prescrito e o real do trabalho do estudante?
- Quais são as dificuldades do trabalho estudantil?
- O que vocês enxergam como potência individual e institucional para lidar com essas situações? Como buscar ter saúde?

Nas duas turmas abordadas foram colocadas dificuldades para o desenvolvimento saudável dos alunos de Psicologia tais como: o curso ser integral, o que traz ainda mais problemas para quem precisa trabalhar para se manter na universidade; a sensação de não “dar conta” e a frustração que isso gera; a comparação que sempre fazem com o aluno “perfeito” – chamado por eles de “o fulano(a)” – aquele que corresponde a todas as expectativas e demandas. Isso gera uma ansiedade e um sentimento de fracasso e baixa autoestima; a dificuldade em equilibrar vida pessoal e a universidade e as contraposições e distâncias entre expectativa e realidade em relação ao curso. Foram apontadas ainda as dificuldades causadas pelo excesso de textos e materiais didáticos para dar conta em tempo reduzido; a conjuntura política e os reflexos dela na universidade gerando o “medo de não me [se] formar”.

Foram apresentadas como estratégias para lidar com o sofrimento a leitura, os esportes, o relacionamento com os colegas (as amigas), assim como os espaços de fala informais ou mesmo formais, como a intervenção feita.

Já a intervenção feita com o primeiro período de 2019, seguiu a metodologia do desenho do corpo e gerou os seguintes dados:

Identificaram-se aspectos e/ou pressões do ambiente externo: confiar nas pessoas, relacionamento amoroso, depressão, leitura, horas gastas com textos, saudade de casa, surto, desânimo, provas e vida social x textos, novo padrão imposto, impermeabilidade e sensação de não ser suficiente.

E respostas subjetivas ao "externo": medo de fracassar, álcool, doces e festas, casa, amor próprio, resiliência, ficar maluca, amigos, rolês, música, karaokê, cozinhar algo gostoso e valorização da família.

TECENDO ANÁLISES... EM BUSCA DE LENTES E PRÁTICAS PARA ENFRENTAR E ELUCIDAR O NEM SEMPRE DESCRITÍVEL OU DECIFRÁVEL

Antes de procedermos às análises propriamente ditas, cabe uma reflexão sobre o método mais utilizado pelo grupo: o desenho do corpo do estudante e o que foi percebido por eles como disparadores externos, ou do meio, colocados "fora do corpo" por meio de palavras e frases, e as percepções dos mesmos sobre a forma como vinham lidando com esses disparadores, colocados "dentro do corpo". Em todas as intervenções os alunos repetiram palavras dentro e fora do corpo. Podemos considerar que um dos motivos dessa repetição de palavras pode ter sido um erro de interpretação dos participantes na hora da intervenção, o que não invalida o uso desse instrumento de coleta de dados. Outra hipótese para tal repetição seria a internalização dos alunos dos disparadores externos, uma vez que se encontram imersos nesse ambiente. Esse processo perceptivo sobre o interno e o externo pode, para muitos alunos, ser perfeitamente intercambiável.

Desse modo, para fins didáticos, foram separadas as palavras que mais foram usadas pelos alunos durante as intervenções com o uso dos corpos.

Assim, seriam disparadores externos mais comuns: sucesso, dinheiro, felicidade, experiência, opressão, solidão, competição, cobrança, excesso de textos, *status*, produtividade, poder docente, medo do futuro, medo do fracasso, instabilidade financeira, futuro profissional e vazio.

E os disparadores internos mais comuns: angústia, ansiedade, pressão, sensação de incapacidade, desespero, insegurança, estresse, pessimismo, saudade, solidão, angústia, vergonha, dúvidas, álcool, drogas, festas, sensação de não dar conta e família.

Essas percepções dos alunos expressas na forma de palavras – e também pela fala durante as rodas de conversa – serviram como balizadoras para o início de uma compreensão sobre a dinâmica universitária e o sofrimento discente. Não é nossa intenção fazer uma análise maniqueísta de causa e efeito, mas compreender como essas queixas se conectam ao movimento processual do qual fazem parte a cultura, o sistema de produção, a lógica do mercado, as exigências do mercado de trabalho, a conjuntura política e econômica do país e a forma como os círculos familiares e as redes sociais desses alunos absorvem esse emaranhado de exigências e o devolvem sob a forma de expectativas. E o que é mais importante ainda em nosso caso, como as universidades se relacionam com esse contexto.

Devido aos grandes avanços tecnológicos percebidos nos últimos anos, a sociedade se encontra em constante processo de transformação no que diz respeito, principalmente, às novas e diversas formas com que o indivíduo passa a interagir com o outro e com o mundo ao seu redor. Como o universo do trabalho é fruto das interações sociais, é inevitável que seja atingido por essas mudanças.

Autores como Dejours (1999; 2012) e Seligmann-Silva (1994) mostram em suas pesquisas a nocividade do medo e da vergonha. Diante da insegurança em relação às novas formas de trabalho, o indivíduo se percebe a todo instante prestes a ser excluído

do mercado de trabalho. À medida que cresce essa insegurança, abre-se uma porta para o sofrimento e para a doença. São muitas as pesquisas em saúde do trabalhador que mostram que o maior medo enfrentado pelos mesmos é ficar desempregado, excluído do mercado e isolado na sociedade. É o medo acompanhado pelo sentimento de vergonha. O desgaste mental no trabalho se mostra, segundo os autores acima citados, diretamente relacionado ao medo de ser afastado do trabalho. Esse “novo trabalhador” – mais “flexibilizado” – carrega em seus ombros o peso da insegurança dia após dia, alerta Antunes (1995). Somam-se às exigências da organização do trabalho outras formas de exigência e, com elas, um novo tipo de sofrimento: o medo de não ser capaz de corresponder aos novos ditames organizacionais marcados novas formas de gestão “reestruturadas”. Esse contexto do mundo do trabalho influencia os temores dos que estão em formação na universidade. As expectativas de inserção profissional e no mercado tendem a ser percebidas como incertas. Projetos de futuro não raro tomados como incertos, dada a realidade estrutural e conjuntural do desemprego, geram ansiedade, tensão e angústia.

Essa nova lógica de gestão do trabalho não se mantém apenas através do medo, mas da manipulação, que só faz gerar mais medo. O que está em jogo como alvo principal é a subjetividade do sujeito. Exige-se do profissional um enorme senso de responsabilidade. E o sofrimento daí derivado tende a ser negado, ou mesmo banalizado (Dejours, 1999). No caso da universidade, dificuldades dos estudantes tendem a ser menosprezadas, e exigências são postas sem observar a contento as condições reais para que possam ser cumpridas.

Professores e alunos se encontram submetidos o tempo inteiro à pressão psicológica de ser produtivos. Trava-se uma luta diária contra o tempo, já que cada segundo do trabalho na universidade precisa ser aproveitado, objetivado em atividades, o que leva a um constante estado de ansiedade e estresse. “Estas relações se estabelecem nos âmbitos microssociais do local de trabalho, nas situações em que as imposições dos

que detém maior poder, por vários caminhos, levam ao desgaste mental e orgânico aqueles que estão submetidos ao controle organizacional” (Seligmann-Silva, 1994, p. 137). Transfere-se, assim, para o estudante a responsabilidade pelo gerenciamento do seu trabalho, juntamente com a alta demanda de produtividade.

Portanto, a partir dos dados coletados ao longo das intervenções e, posteriormente consolidados em categorias de análise, constatou-se a existência de elementos indicativos de alta exigência de desempenho *versus* fatores dificultadores do alcance das exigências. Tal aspecto se desdobra em dissonâncias entre expectativas de futuro e a realidade em que os estudantes se encontram. Os dificultadores podem ser classificados em duas categorias: uma referente aos recursos materiais, e a segunda referente aos recursos relacionais da atividade estudantil. Dentre as condições materiais, enquadram-se as falhas de políticas institucionais relacionadas ao acolhimento estudantil; as condições inadequadas de moradia e alimentação; a ineficiência dos programas de assistência estudantil, tendo em vista o número reduzido do alcance de beneficiados; a inexistência formulação de estratégias de amparo de problemáticas relacionadas à saúde mental. Enquanto que, dentro da categoria de dificultadores relacionais encontram-se as relações professor-aluno conturbadas; a competição que enfraquece os laços sociais entre os pares; estressores psicossociais externos, tais como a relação com os familiares; a carência de espaços e atividades socializadoras não-formais; medo constante do fracasso e a solidão e desamparo frente aos constrangimentos.

CONCLUSÕES POSSÍVEIS, PORTAS ENTREABERTAS...

“A Universidade não é lugar para sofrimento, é lugar pra ser feliz” (aluno da UFF).

Com essa frase, dita com firmeza e empolgação, um aluno finalizou a participação dos discentes no Simpósio Sobre Sofrimento e Saúde dos Estudantes. Ele foi aplaudido com

entusiasmo pelos participantes, jovens alunos que, como ele, vislumbram ter uma profissão, estar preparado para o mercado de trabalho e garantir um futuro “feliz”. Trata-se de um processo de subjetivação que é alavancado por uma cultura que, a partir de um dado momento histórico, começa atribuir à formação universitária a promessa de um futuro “garantido” pela empregabilidade e significativa segurança, fatores bastante relacionados também à percepção de felicidade. Porém, nos últimos tempos essa equação já não se mostra infalível. Podemos dizer que estamos diante de uma geração que absorve de maneira mais intensa os impactos de um modelo de subjetividade que não mais se encaixa no contexto sócio-político-econômico no qual estamos inseridos.

Nas intervenções descritas e brevemente analisadas nos deparamos com muitos alunos que representavam a primeira geração da família a conseguir cruzar os muros de uma universidade. Não foi difícil compreender o peso que esses jovens carregam em termos de expectativas familiares. Ter um filho universitário significa, para muitas famílias, ganho de *status* e mobilidade social. Para outras, significa a perpetuação de toda uma casta de doutores, profissionais liberais, empresários, ou seja, “não estão fazendo mais do que sua obrigação” tendo em vista o investimento feito pela família desde que nasceram. Não importa em que ponta esteja, o aluno entra na universidade com uma experiência, bagagem e conjunto de capitais culturais e sociais que se enlaça a todo seu patrimônio subjetivo.

O ingresso na universidade é um momento marcado pelo desenlace, porém, com a sociabilidade e retaguardas familiares e escolares imediatamente anteriores. Sentimentos de abandono, solidão, medo, vazio são compartilhados da mesma forma que a ansiedade, a angústia, o desespero, o medo de “não dar conta”. Na medida em que avançam em seus cursos, aparecem outros sentimentos, entre eles, e mais comum: o medo do desemprego. A formatura chega como “devolutiva” social. Nesse momento a realidade é implacável e assustadora: não há lugar para todos no mercado. A

competição se objetiva e os laços sociais começam a não se sustentar. Hoje já podemos enunciar uma verdadeira “síndrome” da formatura. É o momento no qual são deflagrados ou se intensificam os casos de depressão, transtorno de ansiedade, síndrome do pânico, transtornos do sono e alimentares. Contudo, a ideação suicida e o suicídio podem acontecer em qualquer momento do curso.

Precisamos levar em conta aspectos intrínsecos à dinâmica universitária geradores da vulnerabilidade psicossocial. Durante as intervenções pudemos notar que as universidades parecem reproduzir o modelo gerencial vigente. A lógica produtivista pode ser sentida no ar, nos corredores e salas de aula. Docentes, já adoecidos segundo muitas pesquisas publicadas nos últimos anos, perpetuam na rotina dos seus alunos os mesmos flagelos que consomem sua saúde: pressão para produzir mais e mais em curtos espaços de tempo. Flexibilização do tempo, deixando a maior parte dele para o trabalho. Os espaços de convivência e lazer são limitados, assim como iniciativas institucionais voltadas para a produção de saúde são frágeis ou inexistentes.

Entendemos que o fenômeno e objeto deste artigo, dada sua difícil apreensão e elucidação – intrínseca à sua natureza, na qual interagem dialeticamente o macro e o micro, o social e o subjetivo – e ainda, por se encontrar em uma fase inicial de compreensão, nos colocam mais perguntas do que respostas. Da mesma forma, os instrumentos de intervenção ainda estão sendo (re)pensados, e sua aplicação possui uma abrangência ainda restrita. Contudo, algumas pistas já nos dão as primeiras coordenadas. Destas florescem respostas provisórias e entreabertas, mas que já reposicionam, em patamares mais elevados, nossos questionamentos iniciais. Tal já nos conforta de alguma forma, mas não retira nossa inquietação, móvel da busca do sentido e do conhecimento. Vale considerar que a universidade não parece ser, por si só, lugar para ser feliz ou para adoecer. Esta seria uma visão extremamente limitante. Como instituição, está inserida em um contexto sócio-histórico, cuja materialidade produz e é produzida de forma dialética. E é sobre essa materialidade que estamos nos

debruçando. Assim, seguimos colocando a universidade em análise. Apurando o olhar. Criando – ainda que de forma incipiente – espaços de fala e de discussão para que o pensamento não fique represado, mas que possa fluir em busca de soluções possíveis. Espaços de fala cuja dimensão coletiva nos parece fundamental de ser estimulada, de modo que os sujeitos afetados possam, por suas próprias capacidades inscritas na interação solidária, alcançar canais de superação e de construção de sentido e pertença. O desafio está posto. E os passos iniciais dados para que, tanto na instituição abordada como em outras, possamos aprofundar as pesquisas sobre as condições objetivas de vida e de estudo dos estudantes, do trabalho docente e das intervenções possíveis e desejáveis na dinâmica e instituição universitárias.

REFERÊNCIAS

Antunes, Ricardo (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Antunes, Ricardo (1995). *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp.

Antypa, Niki, Serretti, Alessandro, & Rujescu, Dan (2013). Serotonergic genes and suicide: a systematic review. *European Neuropsychopharmacology*, 23(10), 1125-1142.

Beck, Aaron T., Resnik, Harvey L. P., & Lettieri, Dan J. (1974). *The prediction of suicide*. Bowie: Charles Press.

Botega, Neury J. (2015). *Crise suicida: avaliação e manejo*. Porto Alegre: Artmed.

Camus, Albert (2004). *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Record.

Cassorla, Roosevelt M. S. (2017a). Jovens que tentam suicídio, homicídio precipitado pela vítima e totalitarismo: três reflexões sobre autodestruição. *Reverie: Revista de Psicanálise*, 10, 78-97.

Cassorla, Roosevelt M. S. (2017b). *Suicídio: fatores inconscientes e aspectos socioculturais*. São Paulo: Blucher.

Cassorla, Roosevelt M. S. (1984). *O que é suicídio*. São Paulo: Brasiliense.

Chauí, Marilena (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 5-15.

Dejours, Christophe (2012). *Trabalho vivo: trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo 15.

Dejours, Christophe (1999). *A banalização da injustiça social*. São Paulo: FGV.

Dejours, Christophe & Bégué, Florence (2010). *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Brasília: Paralelo 15.

Durkheim, Émile (2005). *O suicídio*. São Paulo: Martin Claret.

Enriquez, Eugène. (1997). *A organização em análise*. Petrópolis: Vozes.

Esslinger, Ingrid & Kovács, Maria J. (1999). *Adolescência: vida ou morte?* São Paulo: Ática.

Freud, Sigmund (1980). *Contribuições para uma discussão acerca do suicídio*. Edição Standard Brasileira – Obras psicológicas completas de Sigmund Freud (v. XI, pp. 217-219). Rio de Janeiro: Imago.

Gaulejac, Vincent (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida: Idéias & Letras.

Harvey, David (1992). *Condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.

Hendin, Herbert (1992). The psychodynamics of suicide. *International Review of Psychiatry*, 4(2), 157-167.

Labonte, Benoit & Turecki, Gustavo (2010). The epigenetics of suicide: explaining the biological effects of early life environmental adversity. *Archives of Suicide Research*, 14(4), 291-310.

Mann, John J., Brent, David A., & Arango, Victoria (2001). The neurobiology and genetics of suicide and attempted suicide: a focus on the serotonergic system. *Neuropsychopharmacology*, 24(5), 467-477.

Marín-León, Leticia, Oliveira, Helenice B. D., & Botega, Neury J. (2012). Suicide in Brazil, 2004-2010: the importance of small counties. *Revista Panamericana de Salud Publica*, 32(5), 351-359.

Martins, Soraya R. (2013). Elaboração (Perlaboração). In Fernando Vieira, Ana M. Mendes, & Álvaro R. C. Merlo (Orgs.). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp. 129-134). Curitiba: Juruá.

Marx, Karl (2006). *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo.

Minayo, Maria C. S, Grubtis, Sonia, & Cavalcante, Fatima G. (2012). Observar, ouvir, compartilhar: trabalho de campo para autópsias psicossociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(8), 2027-2038.

Minayo, Maria C. S., Pinto, Liana W, Assis, Simone G., Cavalcante, Fatima G., & Mangas, Raimunda M. N. (2012). Tendência da mortalidade por suicídio na população brasileira e idosa (1980-2006). *Revista de Saúde Pública*, 46(2), 300-309.

Ministério da Saúde do Brasil (2012). *Sistema de informações sobre mortalidade: indicadores de mortalidade*. Brasília: DATASUS. Recuperado em 18 outubro, 2018 de: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?idb2012/c09.def>.

Pagés, Max, Bonetti, Michel, Gaulejac, Vincent, & Descendre, Daniel (1987). *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas.

Penot, Bernard (1992). *Figuras da recusa: alguém do negativo*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Reis, Ana C. (2018). *A terceirização na universidade: diálogos entre precarização, saúde e organização do trabalho*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, RJ, Brasil.

Seligmann-Silva, Edith (1994) *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: Cortez.

Sennett, Richard (2009). *A corrosão do caráter* (14a ed). Rio de Janeiro: Record.

Shneidman, Edwin S. (1993). *Suicide as psychache: a clinical approach to self-destructive behavior*. Jason Aronson.

Sidman, Murray (1989). *Coerção e suas implicações*. Campinas: Livro Pleno.

Silva, Eduardo P. e (2015). Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 17(1), 61-71.

Silva, Eduardo P. e & Mancebo, Deise (2014). Subjetividade docente na expansão da UFF: criação, refração e adoecimento. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(2), 479-492.

Silva, Eduardo P. e & Ruza, Fábio M. (2018). A malversação do reconhecimento no trabalho docente precarizado e intensificado. *Trabalho (Em)Cena*, 3(2), 3-16.

Sistema de Educação Continuada a Distância (2018). *Comportamento suicida: avaliação e manejo*. Campinas: SECAD.

Sistema de Educação Continuada a Distância. (2018a). *Comportamento suicida: avaliação e manejo*. Campinas: SECAD.

Sistema de Educação Continuada a Distância. (2018b). *Comportamento suicida: avaliação e manejo*. Campinas: SECAD.

Waiselfisz, Julio J. (2011). *Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari.

World Health Organization (2014). *Preventing suicide: a global imperative*. Geneva: WHO.

O SOFRIMENTO DO UNIVERSITÁRIO E SUAS RELAÇÕES COM A DINÂMICA DA UNIVERSIDADE

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o sofrimento do estudante e suas relações com a dinâmica e trabalho universitários. Apresentamos preliminarmente considerações teóricas sobre o suicídio e pacto de silêncio sobre a relação suicídio-trabalho. Relacionamos os aspectos psicossociais dos sofrimentos e adoecimentos docentes e discentes. A metodologia de análise das especificidades e convergências destes foi a de cotejamento entre proposições teóricas, pesquisa sobre trabalho de professores e descrição e análise de intervenções de posvenção em um caso de suicídio estudantil. Apontamos para fragilidades materiais e relacionais das vivências estudantis, assim como para estratégias de promoção e prevenção da saúde mental. Concluimos que a intensificação do sofrimento estudantil redundava em vulnerabilidade às tentativas de suicídio e aumento de riscos. Portanto, faz-se necessário aprofundamento de pesquisas sobre as condições objetivas de vida e de estudo dos estudantes, do trabalho docente e de intervenções realizadas na universidade.

Palavras-chave

Universidade. Sofrimento e adoecimento de estudantes. Suicídio. Psicodinâmica e Psicossociologia do Trabalho.

EL SUFRIMIENTO DEL UNIVERSITARIO Y SUS RELACIONES CON LA DINÁMICA DE LA UNIVERSIDAD

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el sufrimiento del estudiante y sus relaciones con la dinámica y el trabajo universitarios. Primero presentamos consideraciones teóricas sobre el suicidio y el pacto de silencio en la relación suicidio-trabajo. Relacionamos los aspectos psicosociales de los sufrimientos y de la enfermedad de los profesores y alumnos. La metodología de análisis de las especificidades y convergencias de estos fue la de comparación entre proposiciones teóricas, investigación sobre trabajo de los profesores y descripción y análisis de intervenciones de posvención en un caso de suicidio estudiantil. Señalamos las fragilidades materiales y relacionales en las vivencias estudiantiles, así como las estrategias de promoción y prevención de la salud mental. Se concluye que la intensificación del sufrimiento de los estudiantes resulta en vulnerabilidad a los intentos de suicidio y en el aumento de sus riesgos. Por lo tanto, se hace necesario la profundización de investigaciones sobre las condiciones objetivas de vida y de estudio de los estudiantes, del trabajo docente y de las intervenciones realizadas en la universidad.

Palabras clave

Universidad. Sufrimiento y enfermedad de los estudiantes. Suicidio. Psicodinámica y Psicociología del Trabajo.

THE SUFFERING OF THE UNIVERSITY STUDENTS AND THEIR RELATIONS TO THE UNIVERSITY DYNAMICS

Abstract

The objective of this article is to analyze the suffering of the students and their relations to the university dynamics and work. We preliminarily present theoretical considerations about the suicide and the pact of silence about the relation suicide-work. We relate the psychosocial aspects of the suffering and illness of teachers and students. The analysis methodology of the specificities and convergences of these was the collating among theoretical propositions, research about teachers' work and description and analysis of interventions of postventions in a case of student suicide. We point to the material and relationship fragility of students' living experiences, as well as to the promotion and prevention of the students' mental health. We concluded that the intensification of the student suffering results in vulnerability to the suicide attempts and in the increase of its risks. Therefore, it is necessary the deepening of researches about the students' objective life and studies conditions, the teaching work and the interventions performed in the university.

Keywords

University. Suffering and illness of students. Suicide. Psychodynamics and Psychosociology of Work.

CONTRIBUIÇÃO

Eduardo Pinto e Silva

O autor declara que contribuiu com todas as etapas do desenvolvimento do artigo (planejamento e execução – com ênfase na redação da introdução, três itens seguintes e Conclusões; revisão integral; e submissão).

Ana Paula Todaro

A autora declara ter contribuído principalmente com os dados de pesquisa de campo feita por meio das intervenções realizadas com universitários.

Ana Carolina Reis

A autora declara que contribuiu com a elaboração do texto e consolidação dos referenciais teóricos, articulando saberes com a temática do sofrimento estudantil. A contribuição individual se deu a partir do subcapítulo intitulado “o histórico do grupo de extensão sobre saúde e sofrimento dos estudantes: encaminhamento e intervenções” no qual estabelece o percurso teórico que embasou as intervenções do grupo, justificativa das mobilizações, seguido dos relatos de intervenções realizadas.

AGRADECIMENTOS

-

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

Es autores declaram que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Silva, Eduardo P. e, Todaro, Ana P., & Reis, Ana C. (2020). O sofrimento do universitário e suas relações com a dinâmica da universidade. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 7(18), 37-75.